

APONTAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS SOBRE A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

Enzo Lenine¹

Resumo: A teoria da escolha racional (TER) constitui um dos pilares da teoria política positiva. Considerada a única teoria dedutiva nas ciências sociais, a TER apresenta uma epistemologia única, capaz de oferecer contribuições para a compreensão de fenômenos políticos de baixo nível de granularidade, id est, fenômenos mais gerais. Nesta nota de pesquisa, exploro esta epistemologia, retomando as obras seminais e os debates recentes dentro da TER. Trato do lugar da teoria dos jogos na articulação de agência e estrutura, focando nos papéis como chave para a compreensão dos fenômenos num nível geral. Discuto, outrossim, questões associadas à lógica de pesquisa na TER e suas contribuições para as ciências sociais.

Palavras chave: teoria da escolha racional; teoria dos jogos; explicação e granularidade

Recebido em: 10/11/2018

Aceito em: 08/02/2019

¹ Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima é professor de Relações Internacionais do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Malês). E-mail: lenine@unilab.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5280-4252>

AN EPISTEMOLOGICAL NOTE ON RATIONAL CHOICE THEORY

Abstract: Rational choice theory (RCT) is one of the pillars of positive political theory. Regarded as the only deductive theory in the social sciences, RCT presents a unique epistemology, which contributes to the understanding of political phenomena at low levels of granularity, id est, about more general phenomena. In this research note, I explore this epistemology, drawing on the design and conclusions of seminal works and recent debates within RCT. I discuss the importance of game theory in articulating the agency-structure ambivalence, focusing on the roles played by agents as key to understand phenomena at the general level. I also discuss RCT's research design, highlighting its contributions to the social sciences.

Key-words: rational choice theory; game theory; explanation and granularity

Introdução

Ao longo dos seus seis décadas de existência, a teoria da escolha racional (doravante, TER) prosperou como um corpus teórico e metodológico distinto na disciplina. Embora os cientistas políticos tendam a se referir à TER como uma teoria, a abordagem é mais um guarda-chuva que compreende uma diversidade de teorias sobre comportamentos racionais.² No entanto, elas compartilham características comuns, como o caráter dedutivo de seus modelos e análises; a predileção por modelos formais; individualismo metodológico; e pressupostos sobre racionalidade. Ademais, a TER serve de guia para a concepção do desenho de pesquisa, vez que fornece as instruções para formular perguntas de pesquisa de interesse e as condições para aceitar as explicações oferecidas nas análises de escolha racional (Cox, 1999).

Nesta nota de pesquisa, apresento alguns apontamentos epistemológicos essenciais para a compreensão da literatura sobre o tema, objetivando preencher uma lacuna nos estudos teóricos sobre escolha racional no Brasil. Na primeira seção, resalto a importância do caráter dedutivo da TER e avanço o argumento de que a mesma é mais diversificada do que o rótulo teórico que lhe é comumente atribuído. Em seguida, discuto o lugar da teoria dos jogos na TER e a importância do equilíbrio na modelagem formal. Na terceira seção, apresento a lógica de pesquisa da TER em trabalhos seminais e avanços recentes.

Dedução e as diferentes versões da teoria da escolha racional

O caráter dedutivo da TER é, talvez, sua característica marcante que a torna uma teoria *sui generis* nas ciências sociais. Enquanto grande parte da produção acadêmica se baseia na indução para explicar fenômenos políticos, a TER deriva suas previsões de modelos dedutivos, fundados em expressões matemáticas e lógicas para gerar hipóteses e explicações. Evidentemente, nem todas as versões da TER são estritamente orientadas para a modelagem matemática (Snidal, 2006), mas uma grande parte da literatura o faz, especialmente os trabalhos seminais de escolha racional (Arrow, 1953; Black, 1958; Buchanan e Tullock, 2004; Downs, 1957; Hotelling, 1929; Olson, 1965). Esta é uma das razões pelas quais a TER foi considerada fortemente ligada a modelos formais como uma abordagem metodológica – uma característica que é condenada por muitos pesquisadores quantitativos e qualitativos (Green e Shapiro, 1994; Kahneman e Tversky, 2000).

Devido à pluralidade de abordagens dentro da TER e das críticas à mesma, há certo desentendimento sobre como a teoria é mobilizada, especialmente em termos de seus

² Hindmoor e Taylor (2015: 1) afirmam que “a escolha [racional] pode ser definida simplesmente como a aplicação dos métodos de economia ao estudo da política” ou “mais precisamente, teóricos da escolha racional, como os economistas, constroem modelos que assumem que os indivíduos são racionais e auto-interessados”. Isso é verdade para muitos trabalhos em TER, mas a afirmação mascara a diversidade de entendimentos em relação à racionalidade e ao interesse próprio. No entanto, é útil como uma introdução à TER, pois destaca dois dos principais pressupostos que atravessam as abordagens de escolha racional.

pressupostos mais elementares, como a racionalidade. Além disso, os desenvolvimentos recentes no campo da economia comportamental ecoaram na ciência política, adicionando mais diversidade metodológica à TER (Gintis, 2009) – sem mencionar os avanços cada vez mais rápidos em simulações computacionais e análises numéricas (Morton, 1999; Signorino, 1999, 2003; Signorino e Yilmaz, 2003). Não é por acaso que existem diferentes versões da TER, compartilhando entre si o caráter dedutivo a despeito de suas diferenças.

Nesse sentido, refiro-me à teoria como TER e a versões específicas da mesma como abordagens ou modelos, por questões de conveniência linguística. Eriksson (2011) prefere usar o termo abordagem para se referir à teoria, reservando o termo TER para suas distintas versões. Em ambos os casos, a TER não é, em si, falsificável. Dowding (2016), por sua vez, afirma que modelos e hipóteses são suscetíveis a testes empíricos e podem ser falsificados nesse processo, mas a própria TER não pode ser falsificada. Esta distinção é crucial para entender que a TER como teoria (nos meus termos), uma abordagem (nos termos de Eriksson) ou uma perspectiva organizadora (nos termos de Dowding) não pode ser falsificada, nem mesmo quando um determinado modelo não consegue prever fenômenos reais, especialmente em se tratando de previsões idiossincráticas (por exemplo, “quem ganhará as próximas eleições”). Como Eriksson (2011: 40) afirma:

A abordagem da escolha racional na ciência política é tipicamente – embora não exclusivamente – utilizada para explicar como as mudanças em algum fenômeno de macro-nível (...) levaram a mudanças em algum outro fenômeno de macro-nível. O que a abordagem da escolha racional faz é fornecer um mecanismo de micro-nível que conecte esses dois fenômenos de macro-nível. (...) Mais especificamente, o mecanismo de micro-nível diz respeito à forma como as mudanças em um fenômeno de nível macro afetam o que é racional para as pessoas fazer e – assumindo que as pessoas são racionais – o que elas fazem e, finalmente, como essas mudanças no comportamento resultam em mudanças no resultado social.

A TER, portanto, está preocupada com agentes racionais, suas ações e como elas geram resultados sociais específicos. Os agentes são tratados como racionais nos papéis que desempenham, dada uma configuração que restringe suas expectativas e ações. Nesse sentido, os modelos de escolha racional não tratam do motivo pelo qual Júlia decidiu votar em vez de ficar em casa num domingo chuvoso; nem por que os moradores de uma dada rua superaram o dilema do carona e concordaram em contratar um serviço para inspecionar e cortar árvores secas. Na verdade, a TER fornece previsões sobre agentes racionais que desempenham seus papéis em contextos nos quais um conjunto de restrições impõe ganhos e perdas às ações de alguém.

A importância da TER reside precisamente nessa conexão entre processos de nível micro de processos decisórios e fenômenos de macro-nível. Todas as abordagens da TER compartilham a mesma preocupação com a explicação dos resultados sociais com base nas ações dos indivíduos. Nesse sentido, a TER baseia-se no individualismo metodológico em suas análises. Como Dowding e Hindmoor (1997: 452) sugerem, “os resultados sociais resultam da ação individual e, embora isso não implique necessariamente que toda explicação seja causal, sugere

que a história causal total deve pelo menos ser mediada por meio das ações dos indivíduos". A agência é baseada em indivíduos, mas a estrutura em que atuam fornece incentivos e restrições à sua ação. Para cada estrutura e contexto diferentes, podem ocorrer resultados diferentes. Os modelos de escolha racional, estabelecendo preferências e estratégias de atores em um determinado quadro institucional, fornecem a ligação entre agência e estrutura. Como Dowding (2017b: 53) afirma:

[...] os agentes humanos são fixos de alguma forma – nós assumimos seus desejos e crenças (que juntos formam suas preferências) como dados – e então examinamos como eles se comportam, dado o ambiente em que operam. Os resultados formais na teoria da escolha social e racional demonstram que preferências idênticas levam a diferentes resultados, dadas diferentes regras de agregação. Segue-se que podemos esperar ver diferentes resultados devido à hierarquia do que à tomada de decisões negociadas, diferentes resultados de diferentes sistemas eleitorais, e assim por diante. Agora, deve ser reconhecido, mesmo neste primeiro nível, que o exame dessas preferências fixas precisa levar em consideração as relações estruturais ou institucionais que existem. Os agentes individuais podem esperar responder a diferentes relações institucionais com as diferentes estratégias disponíveis para eles: isto é, eles respondem estrategicamente. Qualquer forma institucional pode ser manipulada de uma forma ou de outra.

Os indivíduos, portanto, são dotados de preferências consistentes, que constituem os blocos de construção de suas ações. Por consistência, entende-se que as preferências são ordenadas e transitivas, permitindo a derivação das funções de utilidade e a configuração do modelo. Os indivíduos tomam decisões com base nos princípios de maximização da utilidade e comportamento estratégico. Eles são auto-interessados na medida em que essa suposição evita tautologias explicativas.³ Os indivíduos também são racionais, o que significa que suas ações seguem seus desejos e crenças da maneira mais eficiente para atingir seus objetivos.

Há um grande debate sobre se as crenças e desejos devem ser endogenizados em modelos formais. Esta é uma questão de quanta informação, quanta psicologia humana é necessária para conceber um modelo representativo de fenômenos do mundo real. A maioria dos

³ A hipótese de auto-interesse é comumente assumida nos modelos de escolha racional, embora possa ser descrita em diferentes termos para melhor atender às idiosincrasias de cada caso. O auto-interesse geralmente é justificável não apenas como uma ferramenta para evitar tautologias, mas também porque é: 1. Uma descrição crível da natureza humana; 2. Realista em certos contextos; 3. Fiel ao funcionamento da racionalidade; 4. Metodologicamente útil; 5. Pragmática. Evidentemente, os opositores da TER criticam a suposição de interesse próprio por ser uma descrição parcial do comportamento humano e da interação coletiva, muitas vezes mencionando o comportamento altruísta como um contra-argumento. No entanto, como Eriksson (2011: 96) afirma: "Antes de dizer qualquer coisa sobre a hipótese de auto-interesse como tal, devemos notar que grande parte da literatura de escolha racional não faz qualquer suposição sobre motivação, mas apenas sobre a estrutura das preferências. Isso tem uma tendência a ser esquecido na crítica geral contra assumir que os agentes se interessam por si mesmos". Motivações, portanto, não devem ser confundidas com interesse próprio.

modelos de escolha racional, no entanto, substitui uma abordagem completa da psicologia humana pelo modelo de crenças e desejos de dois parâmetros, porque são mais atraentes e fornecem a explicação que os teóricos de escolha racional procuram. Como Cox (2004: 179) afirma:

Realizamos nossa análise como se houvesse apenas dois parâmetros livres internos (crenças e desejos) que interagem de forma particular para produzir comportamentos observáveis a partir de condições observáveis. Acreditamos, de fato, que a conexão entre as influências recebidas e os comportamentos de saída é mediada por numerosos processos intermediários, que não são bem compreendidos. No entanto, apresentamos um par de parâmetros para cobrir essa multidão de variáveis excluídas – não porque acreditemos que o mecanismo causal intermediário é de fato literalmente tal que envolve apenas crenças e desejos em algum sentido neuralmente definido; em vez disso, porque acreditamos que uma representação de utilidade esperada desse processo irá capturar uma boa parte do relacionamento verdadeiro.

A maioria das pesquisas em TER segue os pressupostos acima mencionados, mudando-os sempre que conveniente para se adequarem aos projetos de pesquisa específicos. Ao analisar as interações dos agentes, os teóricos da escolha racional estão interessados em resolver seus modelos formais, tentando encontrar o equilíbrio e identificar suas fontes. Quase nunca eles estão preocupados com as microfundações psicológica/cognitivas do comportamento humano (Autor, 2018a). Como Dickson (2006: 455) declara:

A epistemologia da escolha racional na teoria política positiva envolve a aprendizagem de um tipo muito diferente. Tipicamente, os modelos de escolha racional positivos procuram explicar, ou pelo menos, fornecer um mecanismo para ou tratar de fenômenos de nível macro. O que pode ser considerado a microfundação da ciência política – os caminhos cognitivos por meio dos quais os membros individuais da sociedade formam políticas julgamentos, aprender sobre questões políticas ou vir a fazer escolhas políticas – geralmente não são objetos de interesse para teóricos políticos de escolha racional. Em vez disso, esses aspectos da natureza humana são estipulados pelos pressupostos, quase sempre sob a forma de axiomas de teoria de decisão padrão. A investigação dessas questões microfundamentais geralmente é deixada como um exercício para outro campo – a psicologia, talvez, ou o ramo comportamental da ciência política – na medida em que os teóricos da escolha racional a conceitualizam como uma tarefa.

Jogos e equilíbrio na escolha racional

O equilíbrio é crucial para abordagens de escolha racional, estando fortemente ligado aos desenvolvimentos da estática comparativa e da teoria dos jogos. Entretanto, o equilíbrio pode não ser observado no mundo real. Os oponentes da TER frequentemente criticam a teoria por não fornecer nenhuma evidência empírica de seu resultado mais importante, isto é, equilíbrio e estabilidade. No entanto, o equilíbrio é um resultado robusto cujo valor não é simplesmente medido pela falta de sucesso de um teste estatístico de caráter duvidoso (Autor, 2018b). No mínimo, indica as tendências de um processo de decisão, apontando as direções que ele pode tomar uma vez que o processo se desenrola. Na sua forma mais sofisticada, os equilíbrios demonstram os limites de certos fenômenos políticos, desvendando as condições e restrições sob as quais certos resultados podem ser esperados.⁴

As equações estruturais e a teoria dos jogos são as principais ferramentas metodológicas da TER (Cox, 2004). A primeira consiste em equações que descrevem um determinado fenômeno político. Esse é o caso, por exemplo, do paradoxo da votação, que é uma inequação que pondera os benefícios do voto, a utilidade desfrutada do ato de votar e os custos de votação (Green e Shapiro, 1994). A teoria dos jogos também trata de sistemas de equações que são resolvidos de forma a encontrar o equilíbrio. Cada jogo, no entanto, tem suas próprias configurações, pressupostos e resultados (Gintis, 2009). Em outras palavras, em jogos, contexto e estrutura importam (Dowding, 2017b).

A teoria dos jogos desenvolveu-se de forma diferente na ciência política do que na economia. Originalmente, os jogos são concebidos para representar, descrever e resolver problemas de barganha, no mercado ou na esfera política. Em economia, a abordagem neoclássica dos mercados definiu rigorosos pressupostos de simetria, enquanto na ciência política a simetria não pôde ser observada – afinal, as instituições políticas e as hierarquias do poder são intrinsecamente assimétricas (Doron e Sened, 1995). Além disso, a disciplina da política vinha desenvolvendo diferentes modelos matemáticos no contexto de outros problemas políticos antes que a teoria dos jogos se tornasse uma tendência. Os trabalhos de Arrow e Downs, por exemplo, não dependem de jogos para analisar seus fenômenos de interesse e derivar suas previsões.

No entanto, os jogos se tornaram tão relevantes nas abordagens de escolha racional que Cox (1999 e 2004) destaca repetidamente como eles constituem a essência da metodologia de escolha racional. Na verdade, os jogos provaram ser muito eficientes em representar o comportamento de decisão em conflitos de decisões sociais. De acordo com Güth (1991: 404), “a teoria dos jogos tem essencialmente duas tarefas, ou seja, representar um conflito social como um jogo e resolvê-lo”. Essa flexibilidade de representação confere à teoria dos jogos sua versatilidade como metodologia. Uma infinidade de configurações sociais podem ser traduzidas para a linguagem dos jogos para representar a interação social. Resolver um modelo de teoria

⁴ Não se deve ignorar que a vida política é cercada por não-linearidades que perturbam o equilíbrio e a estabilidade. Como Riker (1980: 443) escreve: “O desequilíbrio, ou o potencial de que o status quo seja rompido, é a característica da política”. Portanto, quando o equilíbrio previsto não é encontrado, os teóricos da escolha racional podem procurar explicações alternativas ao fenômeno observado.

dos jogos produz não apenas teoremas e proposições, mas também desvenda mecanismos explicativos no processo.

Muitos opositores da TER e jogos criticam a falta de evidências empíricas sobre a existência de equilíbrios previstos – sem mencionar os pressupostos de modelos teóricos do jogo (Green e Shapiro, 1994; Hausman, 2005). A teoria dos jogos parte da suposição de racionalidade que não corresponde necessariamente às teorias cognitivas do comportamento humano (Güth, 1991; Kahneman e Tversky, 2000).⁵ Porém, o pressuposto da racionalidade instrumental atende ao propósito de derivar modelos que explicam os mecanismos dos fenômenos políticos. A teoria dos jogos – e os modelos de escolha racional em geral – não se refere ao comportamento de indivíduos específicos, mas sim ao papel que os indivíduos desempenham em configurações específicas. Por essa razão, as soluções do jogo fornecem informações sobre os caminhos ou pontos ideais, dados os mecanismos subjacentes a um determinado fenômeno.

Os desenvolvimentos recentes na economia comportamental e na teoria dos jogos evolucionários nos permitem compreender a complexidade da tomada de decisões em uma variedade de contextos e estruturas. A teoria dos jogos evolucionários, em particular, concentrou-se na dinâmica da mudança, principalmente reconstruindo as trajetórias pelas quais se desenvolve um sistema, seus processos evolutivos e os papéis desempenhados por variáveis endógenas e exógenas (Gintis, 2009). Gintis e Helbing (2015), por exemplo, desenvolvem um modelo sofisticado de equilíbrio social que se baseia na teoria dos jogos evolucionários e nos modelos Markov baseados em agentes, que contabilizam fenômenos e dinâmicas complexas, tais como normas sociais, valores e comportamento racional. Muitos outros pesquisadores em economia, ciência política e filosofia vêm trabalhando em novas formas baseadas na teoria dos jogos evolucionários para abordar fenômenos relevantes em suas disciplinas.

A lógica da pesquisa na TER

Como mencionado anteriormente, a pesquisa de escolha racional está preocupada principalmente com o equilíbrio, suas condições e também por que este pode não ocorrer diante das restrições impostas aos agentes. Para analisar os equilíbrios, a TER recorre à modelagem formal para construir as conexões entre pressupostos teóricos, das quais as hipóteses e as previsões são derivadas (Dowding, 2016). Embora nem todos os trabalhos de escolha racional dependam da formalização matemática (Snidal, 2006),⁶ os modelos matemáticos constituem uma abordagem metodológica típica para analisar fenômenos políticos na pesquisa de escolha racional. Mesmo entre os modelos formais, há uma variedade de ferramentas matemáticas que

⁵ O campo da neuroeconomia tem recorrido extensivamente a jogos para modelar fenômenos neurológicos, mostrando que essa abordagem pode ser profundamente esclarecedora sobre como a racionalidade e a mente humana funcionam. O livro de Paul W. Glimcher *Foundations of Neuroeconomic Analysis* (2011) oferece uma introdução abrangente à neuroeconomia.

⁶ Mesmo quando os modelos formais não são usados em um determinado projeto de pesquisa, a lógica da pesquisa ainda é dedutiva. A dedução é a pedra angular da TER e pode se manifestar por meio de construções lógicas sem recorrer a modelos matemáticos.

conferem diferentes graus de complexidade à análise: por exemplo, a derivação do teorema da impossibilidade de Arrow recorre à teoria dos conjuntos e à lógica, enquanto o mais recente modelo do Homo socialis de Gintis e Helbing (2015) é fundamentado no Cálculo, teoria da probabilidade e análise numérica.

A análise numérica tem sido amplamente utilizada em todas as ciências naturais para resolver sistemas complexos de equações que não podem ser reduzidos a uma solução analítica. Na ciência política, o uso de soluções numéricas contribuiu para a análise de modelos formais que não parecem ter uma solução analítica. Porém, o uso de análise numérica levanta algumas preocupações sobre modelagem, que são melhor expressas por Rebecca Morton (1999: 53):

A dificuldade no trabalho empírico baseado em um modelo analiticamente insolúvel consiste em determinar quais complexidades são importantes e como a “previsão” do modelo são funções diretas de todos os seus pressupostos. Quando as soluções analíticas não são possíveis, a capacidade de fazer essas determinações depende dos resultados da simulação e das próprias conjecturas dos pesquisadores na atribuição de valores numéricos nas simulações. O pesquisador pode trabalhar com um modelo mais complexo cujas premissas podem representar melhor o mundo real, mas ele apresenta outros pressupostos restritivos ao resolver o modelo por numérico, em vez de analiticamente. Importantes previsões teóricas podem ser ignoradas ou podem ser falsas em casos importantes que seriam capturados se o modelo fosse resolvido analiticamente, por causa das restrições usadas na derivação da solução numérica. O trabalho empírico baseado em modelos analiticamente não resolvidos deve ser cuidadosamente avaliado e os pressupostos utilizados para derivar soluções numéricas devem ser explicitamente considerados em termos da sua relação com a realidade – assim como as premissas usadas em um modelo resolvido analiticamente devem ser avaliadas com cautela.

Neste contexto, como um teórico de escolha racional concebe sua pesquisa? O ponto de partida geralmente é um fenômeno geral no qual os indivíduos desempenham algum papel e interagem entre si. O contexto desse fenômeno é então descrito em termos de sua estrutura de incentivos; restrições institucionais e custos de transação; preferências e estratégias dos indivíduos em face do contexto de decisão; o tipo de interação (jogada única, interação repetida, horizonte de tempo finito ou infinito). As funções matemáticas são derivadas para representar as preferências ordinais dos indivíduos ou utilidades cardinais. Uma vez que o terreno é definido, o pesquisador resolve o modelo e deriva teoremas, lemas, corolários, etc. Estas são as soluções do modelo e as previsões que oferece. Eles podem levar a uma situação de algum tipo de equilíbrio ou podem revelar desequilíbrio. O resultado deve ser entendido como a solução de um problema geral. A seguir, forneço alguns exemplos de como esta pesquisa é conduzida dentro dos domínios da TER.

O teorema da impossibilidade de Arrow (1953), uma das descobertas mais clássicas na ciência política, é um exemplo claro de como essa lógica de pesquisa é implementada. Arrow estava interessado no problema de como as preferências dos indivíduos são agregadas nos processos de decisão. Seu modelo estabelece seis condições para um processo democrático de tomada de decisão: não-ditadura, universalidade, independência de alternativas irrelevantes, monotonicidade, não-imposição e eficiência de Pareto. O modelo procura analisar se uma regra de agregação de preferência pode ser alcançada sob essas restrições. A resolução do modelo leva ao resultado de que nenhuma regra de agregação pode converter as preferências dos indivíduos em uma função de bem-estar social sem violar pelo menos uma das condições acima mencionadas. Em outras palavras, nenhum método de votação é intrinsecamente consistente ou justo, ou pelo menos não converte as preferências de todos os indivíduos em uma ordem de preferência coletiva transitiva. Este resultado é importante não só para a teoria da votação, mas também para a compreensão dos limites da democracia como regime (há expectativas que não podem ser atendidas em um processo democrático de tomada de decisão) (Dowding, 2016).

O modelo espacial de competição partidária de Downs (1957) aborda a questão sobre quais forças fazem os partidos convergir para o centro eleitoral. Este resultado é chamado de teorema do eleitor mediano e é atribuído principalmente aos achados de Harold Hotelling (1929). O modelo de Downs baseia-se em um conjunto de pressupostos simplificados (dois partidos, espaço político unidimensional, maximização do voto, liberdade de movimento em todo o espaço político, informação perfeita, preferências dos eleitores) que permitem a identificação das forças centrípetas na arena eleitoral. Downs estava preocupado com os sistemas majoritários e acabou defendendo a democracia representativa. Novos desenvolvimentos do teorema do eleitor mediano incorporaram os efeitos de outras dimensões (Hinich e Munger, 2003).

Olson (1965) concentrou seus esforços em lidar com a lógica da ação coletiva. Este campo está preocupado com a forma como os indivíduos agem coletivamente para garantir a provisão de algum bem comum. A teoria dos jogos, especialmente por meio de configurações de jogos diferentes, fornece o fundamento metodológico para analisar problemas de ação coletiva. O contexto especifica o conjunto de incentivos e restrições impostas aos atores racionais e auto-interessados que interagem para fornecer um bem que será desfrutado por todos (por exemplo, segurança em uma rua, gestão de florestas e implementação de políticas de mitigação de mudanças climáticas). Resolver o jogo produz um equilíbrio, geralmente demonstrando o quão difícil é envolver indivíduos em ação coletiva.

Mais recentemente, Curtis Signorino e seus colegas têm desenvolvido consistentemente modelos formais de barganhas internacionais com o potencial de serem testados empiricamente. Em seus trabalhos, Signorino converte funções de utilidade em equações estatísticas e utiliza simulações de Monte Carlo para testar seus modelos matemático-estatísticos (Signorino, 1999; Signorino e Yilmaz, 2003; Signorino, 2003; Signorino e Tarar, 2006). Embora grande parte de sua pesquisa se tenha concentrado em conflitos internacionais, a abordagem de jogos pode ser implementada em outros contextos onde existe algum tipo de interação estratégica. A importância do seu trabalho implica as questões metodológicas do teste de modelos formais e a internalização de fenômenos não-lineares típicos dos jogos estratégicos.

Os exemplos acima mencionados não são exaustivos de toda a literatura, mas eles mostram a preocupação da TER com fenômenos gerais em vez de casos particulares. Os oponentes da pesquisa de escolha racional criticaram amplamente a falta de evidências empíricas e testabilidade dos modelos, ou mesmo a trivialidade de suas descobertas. A questão dos testes empíricos merece especial atenção na literatura de escolha racional, especialmente em termos de como traduzir modelos em testes. No entanto, a acusação de trivialidade é bastante questionável, vez que as descobertas das abordagens de escolha racional contribuíram para a compreensão dos fenômenos relevantes comuns a diversos casos. Se não fosse pela proposta do poder de veto de Tsebelis, por exemplo, estaríamos discutindo inúmeros estudos de caso de legislaturas, tentando desvendar a lógica da estabilidade política (Dowding, 2016: 65). O modelo de Tsebelis forneceu os fundamentos lógicos da estabilidade política em legislaturas e foi confirmado por análises comparativas. Muitas outras descobertas em TER forneceram tipos semelhantes de explicações, especialmente ao revelar mecanismos pelos quais certos fenômenos se desenrolam.

A TER, portanto, contribuiu para melhorar nossa compreensão de fenômenos políticos relevantes em baixos níveis de granularidade, fornecendo explicações-tipo. Por granularidade, retomo o argumento de Dowding (2017a: 166) sobre “medidas de complexidade” de descrição e explicação. Como ele sugere (2017a: 223):

Com [explicações] tipos, nós estamos buscando propriedades dos casos que explicam a baixos níveis de granularidade, portanto estamos escolhendo as características relevantes para explicar nosso Y (composto de y_1, y_2, \dots, y_n), ignorando todas as características que apresentam diferenças em y_1, y_2, \dots, y_n em níveis mais altos de granularidade. (...) Essencialmente, estamos buscando generalizações, invariantes ou metafisicamente necessárias, para sustentar mecanismos; e generalizações empíricas sustentadas por mecanismos.

As explicações-tipo oferecidas pela TER são as explicações gerais que mencionei em todo o texto. Embora os casos possam oferecer informações interessantes sobre certos fenômenos, o tipo de explicação que eles implicam não é do mesmo nível de granularidade que as explicações da escolha racional. Assim, julgar o sucesso dos modelos de escolha racional com base nos resultados dos exemplos é enganador, dado que os níveis de granularidade são distintos.

Conclusão

A TER entrou no século 21 com uma longa história de discussões epistemológicas, tendo enfrentado, ao longo de sua trajetória, críticas e dúvidas sobre seu potencial preditivo. Sua metodologia distinta ainda causa muito debate na disciplina e permanece controversa em uma era em que as hierarquias do conhecimento despertaram velhos cismas na ciência política.

As contribuições para a nossa compreensão dos fenômenos políticos são diversas e não devem ser ignoradas por disputas metodológicas. A TER fornece informações valiosas sobre ação coletiva, competição eleitoral, negociação e conflitos internacionais, e muitas outras questões políticas que costumavam ser tratadas com base em análises de estudo de caso. Os modelos de escolha racional oferecem explicações de fenômenos gerais e de baixa granularidade, o que permite a construção de paralelos entre os casos, algo essencial para desvendar os mecanismos subjacentes aos processos políticos. A nova era tem muito a oferecer em termos de testes, ferramentas metodológicas e colaboração interdisciplinar para a TER, objetivando fornecer explicações cada vez melhores e significativas sobre o mundo político. É apenas racional apoiar tais avanços teóricos em vez de assumir uma oposição gratuita à TER.

Referências

- Arrow, Kenneth. 1953. *Social Choice and Individual Values*. New Haven: Yale University Press.
- Black, Duncan. 1958. *The Theory of Committees and Elections*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buchanan, James M. e Tullock, Gordon. 2004. *The Calculus of Consent: The Logical Foundations of Constitutional Democracy*. Indianapolis: Liberty Fund Publishers.
- Cox, Gary. 1999. The Empirical Content of Rational Choice Theory: A Reply to Green and Shapiro. *Journal of Theoretical Politics*, 11(2): 147-169.
- Cox, Gary. 2004. Lies, Damned Lies, And Rational Choice Analyses. In Ian Shapiro; Rogers M. Smith e Tarek E. Masoud (orgs.). *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 167-185.
- Dickson, Eric S. 2006. Rational Choice Epistemology and Belief Formation in Mass Politics. *Journal of Theoretical Politics*, 18(4): 454-497.
- Doron, Gideon e Sened, Itai. 1995. Editors' Introduction: Cooperative and Non-Cooperative Bargaining Models in Political Science. *Journal of Theoretical Politics*, 7(3): 235-243.
- Dowding, Keith e Hindmoor, Andrew. 1997. The Usual Suspects: Rational Choice, Socialism and Political Theory. *New Political Economy*, 2(3): 451-463.
- Dowding, Keith. 2016. *The Philosophy and Methods of Political Science*. London: Palgrave Macmillan.
- Dowding, Keith. 2017a. So Much to Say: Response to Commentators. *Political Studies Review*, 15(2): 217-230.
- Dowding, Keith. 2017b. *Power, Luck, and Freedom*. Manchester: Manchester University Press.
- Downs, Anthony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper.
- Eriksson, Lina. 2011. *Rational Choice Theory: Potential and Limits*. London: Palgrave Macmillan.

- Gintis, Herbert. 2009. *Game Theory Evolving*. New Jersey: Princeton University Press.
- Gintis, Herbert e Helbing, Dirk. 2015. Homo socialis: an analytical core for sociological theory. *Review of Behavioural Economics*, 2: 1-59.
- Glimcher, Paul W. 2013. *Foundations of Neuroeconomic Analysis*. Oxford: Oxford University Press.
- Green, Donald e Shapiro, Ian. 1994. *Pathologies of Rational Choice Theory*. New Haven: Yale University Press.
- Güth, Werner. 1991. Game Theory's Basic Question: Who is a Player?. *Journal of Theoretical Politics*, 3(4): 403-435.
- Hausman, Daniel M. 2005. 'Testing' Game Theory. *Journal of Economic Methodology*, 12(2): 211-223.
- Hindmoor, Andrew e Taylor, Brad. 2015. *Rational Choice*. London: Palgrave.
- Hinich, Melvin J. e Munger, Michael C. 2003. *Teoría Analítica de la Política*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Hotelling, Harold. 1929. Stability in Competition. *Economic Journal*, 39(153): 41-57.
- Kahneman, Daniel e Tversky, Amos. 2000. *Choices, Values, and Frames*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Morton, Rebecca M. 1999. *Methods and Models: A Guide to the Empirical Analysis of Formal Models In Political Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Olson, Mancur. 1965. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge: Harvard University Press.
- Riker, William H. 1980. Implications from the Disequilibrium of Majority Rule for the Study of Institutions. *American Political Science Review*, 74(2): 432-446.
- Signorino, Curtis S. 1999. Strategic Interaction and the Statistical Analysis of International Conflict. *American Political Science Review*, 93(2): 279-297.
- Signorino, Curtis S. 2003. Structure and Uncertainty in Discrete Choice Models. *Political Analysis*, 11(4): 316-344.
- Signorino, Curtis S. e Yilmaz, Kuzey. 2003. Strategic Misspecification in Regression Models. *American Journal of Political Science*, 47(3): 551-566.
- Signorino, Curtis S. e Tarar, Ahmer. 2006. A Unified Theory and Test of Extended Immediate Deterrence. *American Journal of Political Science*, 50(3): 586-605.
- Snidal, Duncan. 2006. Rational Choice and International Relations. In Walter Carlsnaes; Thomas Risse e Beth A. Simmons, Beth A. (orgs.). *Handbook of International Relations*. London: SAGE, 2006, p. 73-94.